

O DIREITO À EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO COM DEFICIÊNCIA SOB O PRISMA DAS FAMÍLIAS E DOS EDUCADORES

**AUTORAS: BEATRIZ COPPI DURANTE, GISELE SOBRAL CAREZZATO,
PROF.^a DRA. MARIA CECÍLIA DE MOURA**

**INSTITUIÇÃO: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO -
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**

SÃO PAULO

DESCRIPTORIOS: INCLUSÃO ESCOLAR; FAMILIARES; EDUCADORES.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, tem-se desenvolvido leis e debates acerca dos direitos da pessoa com deficiência (PcD), dentre eles o direito à educação. Com respaldo da Declaração de Salamanca (1994), postulou-se no país a necessidade de uma inclusão escolar efetiva para as PcD, que deve ser realizada na rede regular de ensino, visando o desenvolvimento cognitivo, acadêmico, moral e social do indivíduo¹. Para isso, mostra-se importante a adaptação das práticas pedagógicas, mudanças curriculares e de infraestrutura, segundo as demandas de cada indivíduo, além da participação conjunta dos familiares e educadores^{2,3}. Esta pesquisa teve como objetivo analisar como a inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência na rede pública e privada no Brasil está sendo feita. Buscou-se compreender como se dá o aproveitamento escolar das PcD, bem como os desafios e demandas na sua escolarização, sob a perspectiva dos educadores e familiares, visando pensar em medidas a serem tomadas para a efetivação da inclusão.

MÉTODO

A coleta de dados foi feita por meio de dois questionários: um destinado aos familiares e o outro aos educadores. Os questionários foram divulgados nas redes sociais, especificamente no Facebook, WhatsApp e em blogs relacionados ao assunto. Após a leitura das respostas e exclusão de algumas, participaram da pesquisa 347 familiares e 99 educadores. A análise das questões abertas se deu de forma qualitativa, tendo como base a teoria da Análise do Discurso de Bardin⁴. Já a análise das questões de múltipla escolha foi feita quantitativamente, levando-se em consideração a predominância de respostas em cada alternativa. Pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética sob nº 66713617.6.0000.5482.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Familiares

Nos dados relativos à família, destaca-se que a maioria dos familiares considerou a atuação dos professores como "Boa" (44,4%) ou "Regular" (31,4%). Além disso, embora a maioria dos familiares tenha identificado diversas mudanças e progressos no cotidiano após a inclusão escolar, como o maior interesse para aprender e a melhora da socialização, da alfabetização e da autonomia, ainda há diversas lacunas a serem trabalhadas, como apontadas pelos próprios familiares em relação a capacitação dos profissionais, adaptação das práticas pedagógicas, abertura da escola para a relação com os familiares e presença de auxiliares de sala. Estes resultados mostram que, embora avanços importantes tenham sido alcançados, ainda há muito a melhorar para uma efetiva inclusão escolar.

Educadores

Quanto aos educadores, a falta de capacitação dos professores durante a formação acadêmica e a carência de uma qualificação profissional se destacaram na pesquisa realizada. Apesar de 78,8% dos participantes já terem ouvido falar sobre educação inclusiva na formação, 42,4% consideraram que tais conteúdos foram insuficientes, levando à falta de qualificação profissional frente a esse público, o que foi ilustrado pelo baixo número de profissionais que possuem especialização e trabalham na área, no caso, nove profissionais. Ainda, os participantes indicaram que a escassez de recursos para as práticas pedagógicas, a presença de barreiras atitudinais e a necessidade de comunicação entre a escola e a família configuram-se desafios, onde o incentivo de políticas públicas e o atendimento multidisciplinar podem ajudar na busca por uma inclusão escolar de maneira efetiva.

CONCLUSÃO

Ainda que existam muitos desafios para que a educação inclusiva de PcD seja realizada de forma efetiva no Brasil, observa-se uma visão otimista dos familiares, que consideram a atuação dos professores boa e desejam mais espaços de diálogo nas instituições para exporem as suas opiniões e sugestões visando melhorar a inclusão de seu familiar nesse ambiente. Já, em relação aos professores, observa-se uma visão mais pessimista em que a falta de capacitação profissional e de recursos para lidar com esse público os impedem de realizar um trabalho eficaz, gerando um sentimento de insegurança diante da diversidade.

REFERÊNCIAS

- 1 Reis AA, Mota PM, Jesus DM. Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146/2015: do direito à educação. In: 10º Encontro Internacional de Formação de Professores, 2017, v. 1, p. 1-13.
- 2 Batista CP. Inclusão escolar: a ótica da família sob a perspectiva de pesquisas. In: IV Congresso Brasileiro de Educação, 2013, v.2, p. 1473-1483.
- 3 Michels MH, Garcia RMC. Sistema Educacional Inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. Cadernos Cedes [Revista em Internet] 2014; v. 34 (n. 93), p.157-174. [acesso 10 de março de 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v34n93/0101-3262-ccedes-34-93-0157>
- 4 Bardin L. Análise de Conteúdo. 70. ed. Lisboa; 1977.